



**Cadernos IHU Idéias**

**Júlio de Castilhos e  
Borges de Medeiros:  
A Prática Política no RS**

Gunter Axt

**ano 2 - nº 14 - 2004 - 1679-0316**

 UNISINOS

INSTITUTO  
HUMANITAS  
UNISINOS



**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS**

*Reitor*

Aloysio Bohnen, SJ

*Vice-reitor*

Marcelo Fernandes de Aquino, SJ

**Instituto Humanitas Unisinos**

*Coordenador*

Inácio Neutzling, SJ

**Cadernos IHU Idéias**

Ano 2 – Nº 14 – 2004

ISSN 1679-0316

*Editor*

Inácio Neutzling, SJ

*Conselho Editorial*

Dárnis Corbellini

Laurício Neumann

Rosa Maria Serra Bavaresco

Vera Regina Schmitz

*Responsável técnico*

Telmo Adams

*Editoração eletrônica*

Rafael Tarcísio Forneck

*Revisão – Língua Portuguesa*

Mardilê Friedrich Fabre

*Revisão digital*

Maria Aparecida de Jesus Valadão

*Impressão*

Impressos Portão

Universidade do Vale do Rio dos Sinos  
*Instituto Humanitas Unisinos*  
Av. Unisinos, 950, 93022-000 São Leopoldo RS Brasil  
Tel.: 51.5908223 – Fax: 51.5908467  
humanitas@poa.unisinos.br  
www.ihu.unisinos.br

## JÚLIO DE CASTILHOS E BORGES DE MEDEIROS: A PRÁTICA POLÍTICA NO RS<sup>1</sup>

Gunter Axt<sup>2</sup>

A historiografia brasileira tem insistido na vigência de um quadro diverso, em relação ao restante do País, para o Rio Grande do Sul, durante a Primeira República. Autores como Raymundo Faoro, Alfredo Bosi, Miguel Bodea, Céli Pinto, Héliq Trindade, Sandra Pesavento, Maria Antonieta Antonacci, Sérgio da Costa Franco, entre outros, têm minimizado, ou até mesmo negado, a participação do Estado no sistema coronelista de poder. De um modo geral, o argumento baseia-se na idéia de que o coronelismo não chegou a se implementar no Rio Grande do Sul em virtude de o Estado ter sido dominado por uma elite política de corte moderno, fortemente influenciada pela ideologia positivista, cuja prática administrativa, sustentada por uma Constituição autoritária, se afirmaria na contramão do liberalismo oligárquico, bem como no sentido da intervenção do estado na sociedade, desenvolvendo estratégias de diversificação da economia, de industrialização, de modernização burocrática e de incorporação do proletariado à sociedade. No reforço a essa tese, invocamos, ainda, o argumento de que o sistema coronelista não se desenvolveria em áreas cuja atividade econômica está

---

1 Este texto, apresentado no IHU Idéias, no dia 9 de outubro de 2003, na UNISINOS, resume parte da tese de doutorado intitulada “*Gênese do Estado burocrático-burguês no RS (1889-1929)*”, orientada pela Dra. Maria de Lourdes Monaco Janotti, com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, e defendida em junho de 2001, na Universidade de São Paulo-USP. Trata-se de uma versão ampliada de comunicação originalmente apresentada no Simpósio 72 do Congresso Nacional da Associação Nacional dos Historiadores – ANPUH, realizado em julho de 2003, na cidade de João Pessoa, e cujo texto escrito foi, em seguida, encaminhado para integrar a publicação de uma obra coletiva, reunindo as comunicações apresentadas no Simpósio, organizada pelo Grupo de Trabalho Nacional de História Política e patrocinada pelo curso de pós-graduação em História da Universidade Estadual de São Paulo – UNESP-Franca, a qual tem lançamento previsto para o início de 2004.

2 Doutor em História Social pela USP, graduado e mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, historiador e consultor do Memorial do Judiciário, do Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul e do Memorial da Justiça Militar do RS.

baseada na pequena propriedade rural, modelo produtivo que, em virtude do processo migratório, constituiu parte da zona de ocupação do Estado.

Em sustentação a essa vertente interpretativa, partimos de três premissas fundamentais. Em primeiro lugar, esses autores parecem aceitar implicitamente haver uma correspondência entre o discurso e a prática política, afastando-se, desse modo, de um aspecto essencial da crítica ao discurso político que tem se afirmado na historiografia brasileira contemporânea. Em segundo lugar, admitem que, no Rio Grande do Sul castilhistaborgista, houve disciplina partidária e fidelidade às diretrizes programáticas dos partidos, o que não teria existido no restante do País. Finalmente, todos compartilham da percepção de que o cruento embate político verificado no Estado durante o período não foi produto do choque de interesses econômicos, tendo por pano de fundo, exclusivamente divergências ideológicas. Essa tomada de posição foi promovida, inclusive, por autores declaradamente marxistas, como Maria Antonieta Antonacci e Héglio Trindade, entre outros, muito embora ela represente uma subversão da lógica marxista, que tem por espinha dorsal relacionar todo o enfrentamento político a um confronto de interesses econômicos.

Este quadro pode ter se caracterizado pela remissão majoritária desses autores a fontes oficiais, produzidas por agentes políticos ligados ao Partido Republicano, tais como relatórios de Governo, anais da Assembléia dos Representantes (instituição que era aparelhada pelo partido no poder), textos jornalísticos do órgão partidário “A Federação”, etc., o que pode ter contribuído, para que muitos absorvessem a justificativa ideológica do poder, cerzida pelos próprios agentes de governo.

Portanto, muito embora a historiografia acadêmica, elaborada nos anos 1970 e 1980, tenha se proposto a uma revisão crítica da visão sugerida pelos historiadores anteriores, identificados a um matiz historiográfico biográfico-institucional, ou a um matiz historiográfico mecanicista, muitas das interpretações, cuja revisão foi proposta, terminaram sendo preservadas em textos mais recentes.

O exemplo mais contundente, nesse sentido, foi a glorificação regionalista da prática política sul-rio-grandense, como se, no período estudado, o campo político no torrão sulino fosse mais técnico, mais aberto às demandas populares e menos determinado pela indistinção entre espaço público e privado. Outro efeito de sentido cristalizado tendeu a associar a prática política do Partido Republicano a uma aliança estratégica com a burguesia nascente, com a classe média e com a zona de colonização ítalo-germânica, em oposição ao esquema supostamente conservador da oposição federalista, identificada à elite estancieiro-mercantil e às regiões da campanha e da fronteira.

Apesar de esse viés interpretativo ter-se fixado de forma predominante, alguns estudos pontuais ventilaram, entretanto, certos questionamentos. Vélez Rodriguez, por exemplo, observou não haver uma correspondência automática entre comitismo e castilhismo, sugerindo ter existido um aproveitamento seletivo do positivismo pelo republicanismo gaúcho. Por sua vez, Nelson Boeira percebeu a existência de diversos positivismos – o religioso, o político e o difuso –, identificando, ainda, vários momentos do chamado positivismo político no Rio Grande do Sul. Comprovou, dessa forma, não ser pertinente a referência a um projeto castilhista estável e homogêneo para todo o período da República Velha. Sílvio Duncan Baretta, ao analisar as causas históricas da violência e propor uma tipologia da violência coletiva no Rio Grande do Sul na passagem do Império para a República, encontrou, na suspensão da tarifa especial e no combate ao chamado “comércio ilícito” da fronteira, uma das causas econômicas que informaram o conflito de 1893. Além disso, aproveitando os estudos de Jean Roche, Duncan Baretta, salientou a especialização econômica das cidades de Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre em torno de um comércio de tipo importador conectado aos interesses de comerciantes e fazendeiros do eixo Rio de Janeiro e São Paulo. Margareth Bakos, em um estudo de caso para a cidade de Porto Alegre, percebeu que o discurso legitimador da política não correspondia à prática administrativa. Em um estudo de caso para duas cidades do norte gaúcho, Loiva Félix contestou a eficácia do conceito de “coronel burocrata”, propondo, a partir daí, a necessidade de uma retomada dos estudos sobre o coronelismo no Rio Grande do Sul. Finalmente, Eloísa Capovilla, estudando as relações de poder durante o período de institucionalização republicana no Litoral Norte do Estado, constatou a emergência da violência política, as cisões internas dos republicanos, bem como indícios da existência de um sistema coronelista de poder.

Instigados por tais ponderações, procuramos, em nossa tese de doutorado, realizar um estudo mais sistemático das relações de poder no Rio Grande do Sul, à luz de novas abordagens e novas fontes. Moviam-nos questões como: Qual foi o sentido histórico dos governos castilhistas e borgistas no Rio Grande do Sul? A que interesses específicos esses governos atenderam? Quais as especificidades do modelo coronelista no Rio Grande do Sul? Procuramos responder a essas questões, construindo uma proposta de trabalho que previsse o cruzamento de três níveis de análise.

Em primeiro lugar, intentamos analisar as estratégias de construção e de legitimação do discurso oficial do regime, identificando as suas continuidades e descontinuidades estruturais, numa perspectiva de longa duração. Por exemplo, qual a definição de conceitos como democracia, eleições ou endividamento

público em diferentes momentos da trajetória política das lideranças do Partido Republicano Riograndense – PRR? Em seguida, cotejamos as fórmulas encontradas com os esquemas discursivos da oposição política, cuja voz foi, em geral, pouco auscultada pela historiografia dominante.

Um segundo eixo foi dedicado ao estudo de políticas públicas – ressalvada a compreensão de que o conceito de política pública é algo que tão somente se introduz de forma sistemática e orgânica no plano do discurso depois da Primeira Guerra Mundial – implementadas pelos governos republicanos, especialmente dirigidas para os setores de transporte (marítimo, fluvial e ferroviário), financeiro e tributário. Interessaram-nos, ainda, as estratégias de construção da peça orçamentária estadual e a rede de incentivos fiscais dirigidos para os setores produtivos. O objetivo fundamental desse eixo foi permitir uma compreensão mais orgânica da intervenção do estado em campos estratégicos da economia, comparando as diversas políticas entre si, numa perspectiva de longa duração, a fim de tentar perceber os esquemas de transferência de recursos de um segmento produtivo para outro e a fim de cotejar o resultado dessas análises com o discurso legitimador epositor do regime.

Essa abordagem foi, finalmente, complementada por um esforço de compreensão do sistema de relações de poder que caracterizou o período. Dessa forma, um terceiro eixo procurou traçar uma visão mais sistêmica das relações coronelistas de poder no Estado. Pretendemos, aqui, romper com o modelo explicativo até então predominante, segundo o qual, dentro de uma perspectiva marcadamente mecanicista, associava-se, a cada formação partidária, uma região distinta do estado e uma classe social específica, substituindo-o por uma proposta analítica que contemplasse a dinâmica entre poder central estadual e poder local, entre poder público e poder privado. O grande trunfo para a operação dessa proposta foi acessar o arquivo Borges de Medeiros, que reúne, sob a guarda do Instituto Histórico e Geográfico, cerca de 20 mil correspondências trocadas pelo chefe do Partido Republicano do Rio Grande do Sul com as mais diversas lideranças políticas, de fins do século XIX até as vésperas da Revolução de 1930. Conseguimos analisar os fundos das cidades de Santa Maria, Cachoeira do Sul, Canguçu, Lagoa Vermelha, Palmeira das Missões, Cruz Alta, Livramento, Caxias do Sul, Bagé e Jaguarão, o que representa, ainda, uma versão parcial do sistema de relações de poder da época no Estado, mas é, talvez, o primeiro estudo que se vale das possibilidades oferecidas pelo arquivo Borges de Medeiros com essa amplitude.

Para costurar estes eixos, recorreremos a um aporte teórico misto, haurido de três fontes. Primeiramente, procuramos nos acercar da reflexão neomarxista sobre a relação do estado com a sociedade, em especial, sobre o papel interventor do estado

capitalista pré-industrial. Foram-nos de grande valia, dentre outros, os trabalhos de Adam Przeworsky, Martin Carnoy, Michel Mann e J. Padgett. Em seguida, buscamos combinar tais reflexões com a teoria gramsciana, sendo de particular relevância os conceitos de *hegemonia* e de *fração de classe*. Finalmente, somamos a este marco teórico a teoria brasileira do sistema coronelista de poder, desenvolvida, entre outros, por autores, como Victor Nunes Leal, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Maria de Lourdes Janotti e José Murilo de Carvalho.

Partindo dessa proposta de trabalho, foram quatro as principais conclusões a que chegamos.

Em primeiro lugar, entendemos não apenas ser possível como necessário localizar o choque de interesses econômicos que entrancaram o conflito político. Foi possível identificar a formação de um *bloco histórico* para o período estudado, animado por uma aliança estratégica entre a elite dirigente – no caso, o grupo político intransigente e minoritário dos republicanos castilhistas – com *frações* da classe dominante que, ao final do Império, foram empurradas para o segundo plano no que se refere ao domínio do campo político-parlamentar e à distribuição de recursos geridos pelo estado. Falamos aqui especificamente dos charqueadores e da classe mercantil-financeira, urbano-litorânea, estabelecida nas cidades de Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas. Ambas as frações de classe dominante eram politicamente minoritárias – já que a composição da Assembléia Provincial era dominada por estancieiros e magistrados – e perderam, com a implantação da tarifa especial, na década de 1870, dispositivo negociado com o Governo Geral pelo líder liberal Gaspar Silveira Martins, que beneficiava o comércio fronteiriço.

Assim, enquanto a facção castilhista precisava de um *aparrelho de estado* autoritário para consolidar-se no poder, as *frações* dos charqueadores e dos mercadores e financistas litorâneos identificaram, no projeto intervencionista o caminho mais fácil para impor sobre a região uma *hegemonia* mercantil, cujos aspectos fundamentais eram: política de valorização do charque, mesmo que esta se desse em prejuízo dos criadores; repressão ao contrabando com o Prata; centralização da atividade mercantil na Capital, especialmente com a submissão da zona de colonização à esfera de influência econômica da elite financeira urbana. Portanto, o *bloco no poder* constituiu-se com base numa aliança entre *frações* conservadoras da classe dominante que davam sustentação a uma facção política minoritária e altamente autoritária.

Não houve uma política sistemática de valorização da classe média, de incorporação do proletariado à sociedade e de investimentos direcionados para a zona de colonização, muito embora tais aspectos estivessem presentes no discurso político, por vezes de forma contundente. Por exemplo, se, em 1917, Bor-

ges de Medeiros interveio no mercado para garantir certas conquistas aos trabalhadores urbanos, foi, fundamentalmente, porque arrostava um momento de crise de *hegemonia política* e não pretendia abrir uma outra frente de atrição. Mas, em 1919, quando a *rede de compromissos* sob seu comando reafirmara-se plenamente, Borges determinou a perseguição das lideranças sindicais e o fechamento de sindicatos, rechaçando qualquer possibilidade de apoio às reivindicações dos trabalhadores.

A oposição partidária, por sua vez, batia-se, sobretudo, pela liberdade de comércio, o que significava o estreitamento da integração com o Prata, a redução das barreiras de importação e à fuga à zona de influência mercantil da Capital. Almejava, além disso, uma política econômica que privilegiasse a *fração* dos estancieiros acima de qualquer outra. Pleiteava, por exemplo, a criação de um banco hipotecário de crédito rural com apoio de recursos públicos e a instalação de frigoríficos no Estado, o que era boicotado pelos financistas urbano-litorâneos e pelos charqueadores. No início da República, esta facção era parlamentarista, porque acreditava que dispunha do apoio da maioria dos eleitores e conseguiria no Parlamento fazer valer suas posições econômicas. Já na década de 1920, o parlamentarismo federalista original estava praticamente substituído pelo presidencialismo assistido, pois já, então, o processo de esvaziamento do Legislativo parecia ser apenas parcialmente reversível.

A despeito desses grupos de interesses com orientações mais ou menos estruturadas, um feixe de lealdades pessoais distribuía estancieiros e comerciantes, tanto da fronteira quanto da serra e do litoral, entre o PRR e o Partido Federalista, mais tarde Partido Republicano Democrata e Partido Libertador. Mesmo porque, estando no poder, as lideranças do PRR dispunham de canais privilegiados de cooptação e de repressão. Afinal, interesses individuais e imediatos podiam ser privilegiados em detrimento da racionalidade programática de *fração de classe*.

O incentivo à industrialização não figurou no discurso da oposição. De outro lado, muito embora tenha colorido o discurso do PRR, as lideranças governistas limitaram-se a apoiar na prática apenas aqueles segmentos da indústria que contavam com forte participação do capital de origem mercantil-financeira, urbano-litorânea. Portanto, as indústrias originadas na zona de colonização, a partir do excedente do capital agrícola e mercantil-colonial, não mereceram maior atenção da elite dirigente. Em nível federal, as lideranças do PRR apoiaram sistematicamente uma política econômica contrária aos interesses da indústria nascente, advogando, com insistência, no Congresso Nacional, a redução das tarifas de importação incidentes sobre produtos industrializados.



Como segunda conclusão, percebemos que a institucionalização autoritária, consubstanciada na Carta Estadual de 14 de julho de 1891, que manietou o Parlamento, permitiu o aparelhamento da Justiça e viabilizou as intervenções nos municípios, foi uma conseqüência: a) da intransigência política que explodiu após a Proclamação da República; b) do desfecho da Revolução Federalista, quando a oposição foi vencida pelas armas; c) da necessidade que tinham os grupos políticos minoritários de impor sua forma de dominação, tanto nas localidades quanto no Estado; d) da necessidade das *frações* minoritárias da classe dominante de dispor de instrumentos interventores para impor sua *hegemonia* mercantil.

Essa *hegemonia* mercantil foi construída com dispositivos, tais como a) padronização da matriz tributária, confiscando-se competência dos municípios na edição de tributos locais; b) implantação de impostos, como o territorial rural, que transferiram recursos da zona colonial para o setor mercantil e financeiro-litorâneo; c) intervenção no setor de transportes de modo a determinar a convergência da malha ferroviária para a Capital, e não para outras cidades do interior, como Santa Maria (cidade bem ao centro do Estado) e Rio Grande (porto de mar); d) incentivos particularizados para segmentos com investimentos do setor financeiro-mercantil.

Portanto, a institucionalização autoritária não foi uma demanda natural das estruturas sociais, como se chegou a sugerir, frente à qual não se teria opção, nem tampouco produto da informação ideológica positivista, mas, sim, foi a fórmula encontrada por segmentos específicos da sociedade para a viabilização do seu projeto político e econômico.

A terceira conclusão geral a que chegamos aponta no sentido de que a forte ideologização que marcou o discurso político situacionista derivou da necessidade de justificar o autoritarismo e a intransigência, atacados pela oposição partidária. Esta ideologização do discurso foi potencializada em épocas de crise de *hegemonia*. Foi também facilitada pela organização da Igreja Positivista Brasileira (IPB) em Porto Alegre e pela participação e colaboração de positivistas no governo. A homogeneidade discursiva foi ainda reforçada pela “continuidade administrativa”, conforme expressão empregada pelos homens da época.

Todavia, não é a ideologia que explica a opção por certas políticas públicas. A prova mais contundente disso é que, mesmo existindo certa homogeneidade discursiva, verificam-se descontinuidades e rupturas conceituais. Por exemplo, o endividamento externo, que até 1918 era representado como uma alternativa criminosa de gestão, a partir de 1919 tornou-se aceitável e até mesmo desejável. Já a formação de empresas públicas, que em 1905 foi rechaçada, depois de 1913 revestiu-se da condição de solução para todos os males da economia. Ainda assim, a in-

tervenção do capital público na economia era seletiva. O eterno pleito da oposição e dos estancieiros, qual seja, a instalação de um banco hipotecário estatal, foi repellido pela administração Borges de Medeiros. Outro aspecto cambiante diz respeito ao tom xenófobo do discurso político para a área econômica: a presença do capital estrangeiro no setor de transportes, bem-vinda até 1908, passou a ser criticada a partir daí; por outro lado, os investimentos estrangeiros nos frigoríficos a partir de 1917 foram amplamente saudados.

A quarta conclusão a que chegamos é que, contrariamente ao que sustenta a maior parte da historiografia corrente, o Rio Grande do Sul também integrou aquilo a que se chamou de *sistema coronelista de poder*.

Para compreender as especificidades do coronelismo no Rio Grande do Sul, partimos inicialmente da percepção de que o longo período de domínio de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros sobre o Estado não pode ser tratado como um bloco homogêneo, devido às inúmeras descontinuidades e conjunturas pontuais. De tal sorte, propomos a seguinte periodização:

- a) Institucionalização republicana (1889-1895): foi o período de maior instabilidade política e administrativa, marcado pelo *Governicho* cassalista, pela cruenta Revolução Federalista e pela construção do edifício jurídico. Foi quando se neutralizou a oposição e se formatou o modelo institucional autoritário.
- b) Hegemonia castilhista (1895-1903): com a derrota e o quase extermínio da oposição, Júlio de Castilhos afirmou-se como liderança unipessoal no Rio Grande do Sul, controlando a administração pública, a política estadual e as situações municipais até a sua morte prematura, em 1903. Em 1898, Castilhos ungiu o Desembargador Borges de Medeiros como seu sucessor no governo estadual, mas o controle político permaneceu em suas mãos.
- c) Crise de hegemonia (1903-1907): com a morte de Castilhos, altas lideranças partidárias passaram a questionar o projeto de Borges de Medeiros, que pretendia ser o administrador austero e herdeiro do carisma de Júlio de Castilhos, substituindo-o no comando unipessoal. Este embate teve por consequência a cisão republicana de 1906/1907 e a tensa campanha eleitoral que sagrou Carlos Barbosa Gonçalves como candidato do oficialismo borgista. Borges de Medeiros precisou afastar-se da administração direta do governo, mas manteve o comando partidário. A eleição de Barbosa Gonçalves provocou uma redefinição de algumas políticas públicas. Foi quando se passou a criticar as concessionárias de servi-

ços públicos e se começou a preparar o terreno para as encampações de 1919/1920.

- d) Construção da hegemonia borgiana (1908-1913): Entre 1908 e 1913, durante o Governo Carlos Barbosa Gonçalves, Borges de Medeiros permaneceu na chefia partidária e pôde organizar toda uma *rede de compromissos* e lealdades no interior. Entre 1903 e 1908, processaram-se inúmeras substituições de comandos políticos no interior do Estado. Tradicionais castilhistas foram hostilizados e substituídos por facções políticas adversárias em diversas cidades. Em troca do alinhamento à política estadual, durante o tenso período de institucionalização republicana, Castilhos garantia ampla margem de ação aos seus colaboradores nos municípios. Borges de Medeiros, por sua vez, pretendeu intervir de forma mais sistemática nos municípios, reforçando o poder administrativo do estado e aprofundando o processo de afirmação da *hegemonia* mercantil ambicionada pelas *frações de classe* que lhe davam sustentação socioeconômica.
- e) Hegemonia borgiana (1913-1920): ao reassumir o governo do Estado em 1913, Borges de Medeiros consolidou novamente o conceito de chefia unipessoal, até então apenas almejado. Dessa vez, respaldou o comando partidário e o controle governativo com uma *rede de compromissos* solidamente entranhada no interior do Estado, de tal forma que enfrentou as cisões de 1915 e 1916 sem comprometer o controle sobre o Partido. Durante esta quadra foram também programadas as encampações de serviços públicos – ferrovia, barra, porto marítimo e canais de navegação interior – que tinham por objetivo central fortalecer o *poder infra-estrutural* do estado e a capacidade de controle sobre a sociedade civil, bem como consolidar a *hegemonia* mercantil pretendida pela *fração* de comerciantes e financistas urbano-litorâneos.
- f) Contestações e crise de hegemonia (1921-1923): a fórmula adotada para viabilizar as encampações de 1919/1920 suscitou uma grave crise financeira entre 1921 e 1923, que levou água ao moinho da oposição e desaguou nas contestações da campanha assistida de 1922. Ao recorrer a empréstimos internos, o Governo Borges promoveu um enxugamento do meio circulante estadual, justamente em um momento em que se liberava a demanda reprimida de importações. Isso trouxe uma forte especulação em moeda estrangeira, inflação, alta de juros e arrocho de créditos, precipitando inúmeras hipotecas sobre o segmento estancieiro, de forma a colocar a cru a opção da elite dirigente pela aliança es-

tratégica com a *fração de classe* dos charqueadores e dos mercadores e financistas urbano-litorâneos. Por outro lado, a inflação e o aumento das taxas dos serviços públicos indispos a classe média urbana e o proletariado contra a elite dirigente. A violenta repressão ao movimento operário, promovida em 1919, reforçou o afastamento entre a classe obreira e a elite dirigente, sepultando o quadro de negociação vivido em 1917. Finalmente, a participação de Borges de Medeiros na chamada Reação Republicana, indispos com o borgismo o Governo Arthur Bernardes e o Exército Nacional – este, tradicional aliado do castilhismo, mas que, desde o Revolução Federalista, encarava o PRR de forma mais crítica.

- g) **Recomposição da aliança hegemônica (1923-1930):** com o Pacto de Pedras Altas de dezembro de 1923, que pacificou a Revolução Assisista, garantiu-se a permanência de Borges de Medeiros por mais cinco anos no governo do Estado. Em compensação, a oposição logrou impor uma reforma constitucional que alterou a espinha dorsal do constitucionalismo castilhista, pois, entre outras coisas, vedou a possibilidade de reeleição do presidente, determinou a eleição do vice-presidente do estado, até então indicado, e limitou as intervenções do poder estadual nos municípios. Para negociar a sua permanência no governo, Borges de Medeiros precisara recorrer às lideranças partidárias e às grandes famílias oligarcas, o que enfraqueceu o comando borgiano e, conseqüentemente, fragilizou as facções borgianas nos municípios, mas, por outro lado, fortaleceu o partido, que passou a ser menos tutelado pelo chefe. Conseqüência disso, por exemplo, foi a imposição dos nomes de Getúlio Vargas e João Neves da Fontoura como candidatos ao governo estadual em 1927, contra a vontade de Borges de Medeiros. O Pacto de Pedras Altas também diminuiu a compressão sobre a oposição, que experimentou um renascimento, apresentando avanços nas eleições federais de 1924. Finalmente, ao enfraquecer o comando central borgiano, o Pacto de Pedras Altas permitiu um fortalecimento temporário do poder local.

Ao assumir o governo estadual em 1928, Getúlio Vargas o fez com apoio do PRR e da oposição. Percebendo o desgaste do modelo borgiano de poder, procurou estabelecer fórmulas de composição política. Para legitimar sua base de sustentação, ampliou incentivos à *fração* dos estancieiros, atendendo demandas antigas, como a criação de um banco hipotecário e a revisão de aspectos da política tributária. Além disso, Vargas percebeu que o dinheiro estava trocando de mãos e limitou os incentivos

que mantinham artificialmente a *hegemonia* das *frações* de charqueadores e de mercadores e financistas urbano-litorâneos. O corolário dessa guinada foi a falência do Banco Popular e do Banco Pelotense. Em compensação, Vargas passou a admitir mais espaço político para os industriais da área colonial, movimento que esteve na base da fundação da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS) em 1930, por Antônio J. Renner. Do modelo borgiano, Vargas absorveu a consciência de que a capacidade interventora estatal na economia e a conseqüente formação de empresas públicas fortaleciam o *poder infra-estrutural* do estado e contribuía para a manutenção do poder político. Destarte, Vargas, por meio de grandes empréstimos no exterior, saneou o desarranjo provocado nas finanças públicas por Borges de Medeiros e ampliou o projeto intervencionista, fundando um banco estatal. Essas medidas ampliaram a capacidade de controle do estado sobre a sociedade civil e converteram o *aparelho de estado* num agente econômico de execução de políticas públicas.

No que se refere à dinâmica específica do sistema coronalista no Rio Grande do Sul, podemos também propor algumas considerações. A consulta ao Arquivo Borges de Medeiros nos permitiu perceber que existiu no Rio Grande do Sul a mesma indistinção entre espaço público e privado que marcou o restante do País. Ou seja, encontramos o mesmo cortejo de fraudes, de corrupção, de clientelismo, de prevaricação, etc.

A principal distinção estava justamente no fato de que, no Rio Grande do Sul, houve uma institucionalização autoritária que dispôs, nas mãos do poder central e da elite dirigente, instrumentos mais efetivos de intervenção política e administrativa na sociedade. Estes instrumentos se consubstanciaram no Poder Judiciário, na Brigada Militar, no Parlamento enfraquecido e destituído de competências legislativas, no orçamento manipulado e nos artigos constitucionais que permitiam intervenções nas situações municipais.

Não obstante, o *aparelho de estado* e o aparato burocrático não chegaram a ser *infra-estruturalmente* fortes o bastante para impor uma ditadura efetiva. A elite dirigente precisava ainda negociar com os coronéis locais. As eleições, por exemplo, não poderiam ser organizadas sem o concurso habitual do poder privado local. Da mesma forma, a defesa do regime nos momentos de crise mais aguda da *hegemonia*, apenas poderia ser garantida mediante o concurso dos coronéis e de seus corpos provisórios.

Por sua vez, o dispêndio com as eleições não podia ser simplesmente anulado. Havia necessidade de manutenção do rito eleitoral, pois, dessa forma, atestava-se ao centro do País e

ao Congresso Nacional, junto ao qual a oposição esmerava-se por denunciar a ditadura castilhistaborgista, que, no Rio Grande do Sul, as instituições republicanas estavam preservadas, não havendo instalação de uma ditadura nem tampouco de uma oligarquia autoritária. O exército de eleitores, além disso, proporcionava à elite dirigente do Rio Grande do Sul uma posição de destaque no cenário político nacional. Outrossim, não era possível realizar apenas as eleições federais, pois, se assim fosse, haveria uma desmobilização do Partido Republicano Riograndense – PRR para o enfrentamento das eleições municipais e estaduais, o que terminaria redundando numa desmobilização para as eleições federais e num conseqüente avanço dos eleitores oposicionistas.

Não era conveniente, por sua vez, extinguir completamente a oposição ao borgismo, já que a ameaça de um inimigo comum ativo preservava melhor a unidade interna do PRR. Diferentemente do que sustentava o discurso oficial de legitimação do regime, o PRR era violentamente cindido por facções intestinas, em torno das quais se organizavam *redes de compromissos coronelísticos*. A relativa tibieza *infra-estrutural do aparelho de estado* não possibilitava a imposição de uma rígida disciplina partidária e de um comando hierárquico inexorável. Em vista disso, a formatação do partido como um bloco monolítico e homogêneo não apenas era impossível como era inconveniente, pois importaria num recuo da margem de influência do comando central. Portanto, para Borges de Medeiros era, por princípio, desejável que existissem facções internas. As eleições, especialmente as municipais, eram uma forma de manter vivas as facções e um mecanismo para que Borges de Medeiros lograsse enfraquecer o poder local, uma vez que era melhor dividir do que somar. Quando, porém, a disputa tornava-se por demais acirrada, trazendo ameaças à ordem institucional, ou quando uma facção tornava-se excessivamente poderosa e ensaiava escapar ao controle borgiano, o poder central estadual operava intervenções nos municípios. Embora tenham acontecido com relativa frequência, as intervenções não deixavam de ser processos traumáticos, que ofendiam a autonomia local. Por isso mesmo, havia como que uma obsessão em revesti-las de uma aparência de formalidade jurídica.

A frequência e a amplitude com que essas intervenções passaram a se dar, corroeram a legitimidade do regime no interior do próprio partido dominante, porque a cada intervenção, produzia-se uma cisão. Além disso, a presença continuada de intertendentes provisórios nos municípios contribuiu para a desmobilização do partido e o seu enfraquecimento, o que custou caro a Borges de Medeiros em 1922. Nessa ocasião, a continuidade de seu governo dependeu de uma negociação com o Partido, que tacitamente, face ao enfraquecimento do líder, exigiu o refluxo do

esquema de moderação política borgiana junto às facções municipais, garantindo-lhe maior margem de autonomia.

Nesse quadro, um fator complicador para o comando central eram os distritos coloniais. Baseando sua atividade econômica na pequena propriedade rural e constituindo lealdades próprias, para cuja cerzidura padres e pastores desempenhavam papel fundamental, os distritos coloniais representavam uma permanente ameaça de insubordinação. Um subintendente incompetente ou por demais autoritário podia, por exemplo, provocar reações, que se desdobravam em abstenções nos pleitos eleitorais ou mesmo em sufrágios aos candidatos oposicionistas. Os resultados podiam sempre ser maquiados com o recurso habitual à fraude, mas a imagem de consenso em torno do regime estaria abalada, o que era ruim para o esforço de legitimação do poder. Borges de Medeiros, em vista disso, precisava sempre negociar com tais distritos e com suas lideranças comunitárias. Desta feita, investimentos como pontes, estradas ou escolas costumavam ser mais freqüentes em distritos coloniais do que em municípios da campanha. Consciente disso, Borges de Medeiros costumava ser contrário às ambições emancipacionistas dos distritos coloniais. Aliás, após a Proclamação da República, o PRR opôs-se sistematicamente à continuidade da imigração induzida, aceitando tão somente o modelo de imigração espontânea e individual. Portanto, a zona colonial esteve longe de importar num *tranquilo celeiro* de votos para o borgismo. A região integrou o sistema coronelista de poder porque o Estado o integrava como um todo, mas ela sempre desempenhou um fator de instabilidade para o comando central da *rede de compromissos* borgiana, por vezes até mais difícil de manejar do que as cisões habituais verificadas no interior da elite dirigente.

Foi justamente a percepção dos limites intrínsecos a essa dinâmica de poder para a afirmação do comando unipessoal que levou a elite dirigente a embarcar na aventura intervencionista estatal, pois imaginava-se que, com um estado infra-estruturalmente melhor equipado, seria mais fácil controlar o coronelato local. Com efeito, em 1924, um importante coronel que entrara para a dissidência em 1904, após a morte de Castilhos, escreveu para Borges de Medeiros, dizendo que estaria disposto a reingressar no PRR se o presidente determinasse que a Diretoria de Higiene liberasse uma carga sua de banha para exportação a qual precisava ainda ser transportada pela Viação Férrea, encampada em 1920.

As encampações de 1919/1920, entretanto, que, na perspectiva da elite dirigente, destinavam-se a golpear as idiosincrasias do poder local, foram efetuadas no âmbito de uma lógica oligárquica e de exacerbação federativa. O que pareceu inicialmente ser uma operação financeira perspicaz, que preservaria a autonomia estadual, uma vez que evitaria o endividamento ex-

terno, e captaria lucros ao setor financeiro regional, terminou revelando-se o legítimo “tiro pela culatra”, pois enfraqueceu o comércio e a produção agropecuária, em virtude da retração de meio de circulante e da exploração em moeda estrangeira. A crise econômica que alimentou a contestação política de 1922, impondo, ainda, a despesa do regime para o enfrentamento da guerra civil, desarranjou as finanças estaduais, obrigando o Governo Vargas, em 1928, a contratação de um amplo empréstimo externo de consolidação. A erosão do vínculo estratégico entre a elite dirigente e a *fração* financeira urbano-litorânea regional, bem como o acirramento do confronto das demais *frações de classe* dominante com a *fração hegemônica*, desestabilizou a autonomia regionalista e empurrou o Rio Grande do Sul para o mercado financeiro nacional e internacional, tornando sem sentido a preservação do esquema de dominação autoritário e autonomista. Por outro lado, as encampações de 1919/1920 contribuíram para patrimonializar o *aparelho de estado*, que, podendo oferecer garantias aos credores, conseguiu captar amplos empréstimos, os quais terminaram sendo parcialmente direcionados para aprofundar o processo intervencionista estatal, de forma a recompor a aliança estratégica de *frações de classe*, modificando definitivamente a natureza do estado e constringendo o coronelismo como sistema de poder.

### Referências bibliográficas

- ANTONACCI, Maria Antonieta. *RS: as oposições e a Revolução de 1923*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.
- BODEA, Miguel. *A greve geral de 1917 e as origens do trabalhismo gaúcho*. Porto Alegre: L&PM, 1979.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder. A formação do patronato político brasileiro*. 7. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1987. 2v.
- FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua Época*. Porto Alegre: UFRGS, 1988.
- LOVE, Joseph L. *O Regionalismo Gaúcho e as Origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A República Velha Gaúcha: charqueadas, frigoríficos, criadores*. Porto Alegre: Movimento, 1980.
- \_\_\_\_\_. *A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho no Rio Grande do Sul (1889-1930)*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- \_\_\_\_\_. *República Velha Gaúcha: estado autoritário e economia*. In: DACANAL, J.H. & GONZAGA, S. (orgs.) *RS: Economia e Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.
- PINTO, Céli Regina. *Positivismo: um projeto político alternativo (RS: 1889-1930)*. Porto Alegre: L&PM, 1986.



- TRINDADE, Helgio. Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937). In: DACANAL, J.H. & GONZAGA, S. (orgs.) *RS: Economia e Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.
- BARETTA, Sílvio Rogério Duncan. *Political Violence and Regime Change: a Study of the 1893 Civil War in Southern Brazil*. University of Pittsburgh, Ph.D, 1985.
- BAKOS, Margaret M. *Porto Alegre e seus eternos intendentes*. Porto Alegre: Edipucrs, 1996.
- BOEIRA, Nelson. O Rio Grande de Augusto Comte. In: DACANAL, J.H. & GONZAGA, S. (orgs.) *RS: Cultura e Ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, Borgismo e Cooptação Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- RODRIGUEZ, Ricardo Vélez. *Castilhismo: uma filosofia da República*. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1980.
- CARNOY, Martin. *Estado e Teoria Política*. São Paulo: Papyrus, 1994.
- CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados*. Escritos de História e Política. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *O Coronelismo: uma política de compromissos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. 4. ed. São Paulo: Alfa-ômega, 1978.
- MANN, Michael. The autonomous power of the state: its origins, mechanisms and results. In: *Archives Européennes de Sociologie*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984. p.185-213.
- PADGETT, J.F. Hierarchy and ecological control in federal budgetary decision making. In: *American Journal of Sociology*. Chicago, Chicago Univ. Press, 1981. 75-129.
- PRZEWORSKY, Adam. *Estado e economia no capitalismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1985.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Bóris (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Republicano. 5.ed. 1989. p. 153-192. v.1. Tomo 3.
- RAMOS, Eloísa Capovilla. *O poder local no litoral norte do Rio Grande do Sul: 1882-1895*. Porto Alegre: UFRGS, 1990 (Dissertação de Mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul.



## DEBATE, APÓS IHU IDÉIAS DO DIA 09.10.2003

**Profª Sirlei Teresinha Gedoz** – *Fiquei com uma dúvida em relação à ditadura. Tu colocas questões como ausência de habeas corpus, liberdade de expressão, uma série de coisas, com que eu concordo perfeitamente. Porém, quando falas da questão de o Estado ser suficiente, me parece que, nesse aspecto, acontece um outro salto. Quando o Estado é suficiente nós temos um totalitarismo. Acho que nenhuma ditadura prescinde de certa cooptação de pequenos grupos. Eu acho que aí está a questão da ditadura. Gostaria que tu esmiuçasses um pouco mais essa parte.*

**Prof. Gunter Axt** – Essa pergunta é altamente pertinente. É polêmico, pois esse foi um tema debatido no GT de História Política nacional no Simpósio de julho de 2003, no Congresso da ANPUH, em João Pessoa. Afinal de contas, quando se forma efetivamente uma ditadura, e quando nós temos somente autoritarismo? Não existe consenso entre os historiadores nesta matéria: onde termina a ditadura e onde começa o totalitarismo? As posições foram as mais divergentes possíveis. A minha orientadora, Dra. Maria de Lourdes Janotti, aliás, tende a divergir da posição que eu assumo em relação ao período castilhistaborgista. Ela acha, com muito mais convicção do que eu, que se tratou de uma ditadura. Creio, contudo, que o conceito de ditadura pode prejudicar um pouco a compreensão do que foi esse sistema. Se fosse efetivamente uma ditadura, seria muito fácil para Borges de Medeiros operar uma intervenção no município e colocar um intendente provisório e esse deixaria de ser provisório e se tornaria definitivo. Bem, isso não acontecia assim! Cada intervenção, das muitas que aconteceram, precisava ser justificada, legitimada. É claro que se inventava uma justificativa, mas isso tinha que ter uma aparência jurídica formal e, em segundo lugar, uma certa correção legal. O intendente provisório, num primeiro momento, acalmava o embate entre facções no município. Quando digo facções, estou me referindo a facções do próprio Partido Republicano. Aqui há um equívoco terrível de parte da historiografia corrente que acredita na existência de férrea disciplina partidária e de respeito às orientações programáticas. Verificamos, sim, um confronto extremamente aguerrido entre facções de um mesmo partido, sobretudo, depois que a oposição foi aniquilada com a Revolução Federalista. Este intendente provisório não conseguia se perpetuar na posição, porque ele era

um indivíduo exógeno. Ele não tem relação com a comunidade local, a qual acabava rejeitando-o com o tempo. Aceitavam-no no primeiro momento, porque a intervenção acalmava o impasse político, mas a médio e a longo prazo, ele se via rejeitado. Isso era ruim para o próprio partido e para a própria facção palaciana. Por quê? Nós não podemos esquecer que o Rio Grande do Sul fazia parte do Brasil, e que aqui também se desferiam os pleitos federais. Dessa forma, o Partido Republicano precisava estar mobilizado para concorrer às urnas. Com um intendente provisório muito tempo no município, o que eu consegui constatar, ele operava uma certa desmobilização do partido e isso deixava espaço para quê? Para que a oposição – federalista, libertadora ou democrata – avançasse. Esse avanço podia ser corrigido pela fraude das urnas ou pela “degola” que acontecia depois no Congresso Nacional. Mas isso já começava a ficar complicado, porque poderia fortalecer o argumento da oposição de que aqui de fato existia uma ditadura comtista. Esse era o argumento da oposição ao Castilhos e ao Borges, ou seja, que aqui existia uma ditadura comtista. Castilhos e Borges diziam que não, que aqui existia a democracia; uma forma de democracia não demagógica, como gostavam de sublinhar. Eles defendiam que ela era muito mais autêntica do que aquele regime liberal oligárquico que vigia no Brasil. Enfim, se houvesse ditadura, seria muito fácil uma ditadura plena, mantendo um intendente provisório por longo tempo nos municípios. Isso não era de todo possível, porque ele desmobilizava o partido e havia ameaça de uma resposta da oposição. Por outro lado, o totalitarismo, como diz Hanna Arendt, envolve elementos muito mais complexos. Nós não podemos pensar antes de 1930 na possibilidade de um Estado totalitário, porque isso é algo que começa a surgir efetivamente ao final da década de 20, quando começa a se organizar. O totalitarismo dos anos 1930 se faz acompanhar de todo um conceito de corporativismo, que vai desaguar no fascismo italiano, no nazismo na Alemanha e no estalinismo, de certa forma, na União Soviética. O totalitarismo exige que haja toda uma indústria cultural que está, no conceito de Adorno, agindo em benefício do Estado. Eu não consigo identificar isso existindo no período castilhistaborgista, em que pese a existência do jornal “A Federação”, dos jornais partidários nas cidades do interior e de haver um certo modelo cultural e político. Mas não existiu de forma alguma uma “indústria cultural” que engolia as pessoas, fazendo com que todas agissem mais ou menos da mesma maneira. Essa é a minha visão. Mas eu quero dizer que não tenho também certeza em relação a essa posição e posso, no futuro, mudar de opinião.

**Prof. Attico Chassot** – *Em todo esse contexto, não surgiu a conotação de algum separatismo?*

**Prof. Gunter Axt** – A pergunta é mais uma vez pertinente e a resposta é: sim e não. É preciso contextualizar onde aparece esse discurso separatista. Ele de fato emerge em alguns momentos nos relatórios do Secretário Estadual das Finanças, quando, então, se reeditam aspectos do antigo discurso farroupilha: “O Rio Grande do Sul contribui para a União com mais recursos que ele efetivamente recebe no retorno”. Nós sentimos que há, nesse momento, um tom de discurso separatista. Mas é o único momento em que vemos uma autoridade do Partido Republicano assumindo essa posição abertamente. Isso aconteceu um pouquinho em 1898 com Possidônio da Cunha, que era o Secretário de Estado. Aconteceu um pouco em 1906 e em 1908 também. O Castilhos, por outro lado, defendeu um federalismo exacerbado, uma autonomia federativa exacerbada. Isso não chegava às raízes do separatismo, mas teria, caso implementado, levado o País a um processo, talvez, de separação, porque teria inviabilizado completamente a União. Mas creio que ele não assumiu francamente um discurso separatista. Todavia, pelo seu federalismo exacerbado, talvez, estivesse querendo empurrar o País para uma fragmentação. É muito interessante observar a nossa historiografia. Quando se refere ao período Castilhos e Borges, insiste em mais um mito que é a constante oposição entre a elite dirigente e econômica do Rio Grande do Sul e a elite dirigente e econômica de São Paulo. Procuramos acompanhar as principais votações no Congresso Nacional de temas econômicos que eram tensos, e sistematicamente a bancada do Rio Grande do Sul votava junto com a bancada de São Paulo. Fica complicado nós defendermos essa tese de que há uma cisão estrutural entre oligarquias regionais. Nesse momento, essa classe dominante tinha uma consciência de que ela era nacional, muito mais ampla do que o discurso político está demonstrando. Isso é uma coisa importante. Vejam por exemplo: a bancada de São Paulo era radicalmente contra os incentivos da industrialização por meio da elevação das tarifas de importação dos produtos estrangeiros. Era uma bancada tipicamente agrária e oligárquica. A bancada do Rio Grande do Sul, embora os deputados tivessem, no Estado, um discurso favorável a um processo de industrialização, quando iam para o Congresso Nacional, marretavam a indústria até mais não poder! Essas nuances são fundamentais. Nós não podemos apenas estudar o discurso aqui no Estado. Nós precisamos ver como é que essas lideranças estaduais se comportavam no plano nacional. E aí vemos realmente uma proximidade muito interessante. Existe um indício, que temos encontrado, cada vez mais freqüente, de que a Revolução Federalista, a defesa do oficialismo republicano no Rio Grande do Sul foi largamente financiada pela classe cafeicultora paulista. São muito freqüentes tais indícios, de que os paulistas teriam financiado a resistência do Castilhos aqui no sul. Existe, na Biblioteca

Nacional, um arquivo interessante que se chama: o Livro Azul, organizado pelo General Adolfo da Fontoura Menna Barretto, que doou este material em uma pasta à Biblioteca Nacional, determinando que a consulta ficaria fechada por, creio, sessenta anos, até depois da sua morte. Percebemos, consultando este material, que o General lutou na Revolução ao lado do Castilhos, que se referia, em alguns documentos, aos *nossos amigos de São Paulo que nos ajudam a financiar a revolução, etc.* Em outras fontes, aparecem indícios semelhantes. Havia uma consciência de que essa classe dominante e elite dirigente era muito mais nacional do que ela assumia ser aqui. Além disso, acho que o Castilhos tinha, sim, pretensões de um projeto político nacional. Creio que ele se voltou para o Rio Grande do Sul depois de ter as “asinhadas cortadas” e suas pretensões à Presidência da República frustradas. Mas ele queria ser o sucessor do Floriano Peixoto. Eu acho que ele tentou isso. Não é a toa que o Júlio de Castilhos está sentado naquele monumento da Praça da Matriz, olhando para o Norte (risos). E realmente se fez, em 1897, uma campanha, lançando a candidatura do Júlio de Castilhos à Presidência da República. Essa campanha foi empolgada pelos positivistas, por Benjamim Constant, bem como pelos chamados jacobinos cariocas. Portanto, ele teve um projeto mais nacionalizador do que separatista.

**Pe. Inácio Neutzling** – *Como é que surgiu, nesse processo todo, Getúlio Vargas?*

**Prof. Gunter Axt** – Getúlio vai se construindo como liderança, como mito, aos poucos. A primeira intervenção importante de Getúlio na vida política foi justamente em 1907. Fala-se muito na geração de 1907 da Faculdade de Direito de Porto Alegre, mas havia uma coisa fundamental naquele momento que era a cisão republicana. Borges de Medeiros estava profundamente enfraquecido e precisava de jovens dispostos a defender o seu modelo de poder e ele recorreu a Getúlio Vargas e João Neves da Fontoura. Esses meninos passaram a palmilhar as colônias, seguindo os passos de Fernando Abbott. Se o *candidato* da oposição vinha a São Leopoldo, no dia seguinte chegava aqui Getúlio Vargas para contradizer tudo o que o Fernando tinha dito. Então Getúlio foi fundamental em 1907, na sustentação do regime Borgista. Ele foi premiado por isso com alguns cargos públicos, tanto que ele assumiu a condição de promotor público. Em 1913, Getúlio entrou num processo de dissidência, apoiando o Neves da Fontoura de Cachoeira do Sul, e acabou se desligando da Assembléia Legislativa. No mesmo período, aconteceu um drama em São Borja: o assassinato de um médico, muito querido na cidade, por seu irmão Viriato Vargas. Isso gerou um drama, pois, Viriato era a principal liderança política naquele momento. Esse

processo judicial foi desaforado e talvez seja um dos poucos casos da cultura jurídica brasileira em que o processo acabou sendo reaforado depois. O desaforamento de processos é prática comum, inclusive no período posterior à Revolução de 1930. Mas o reaforamento, parece, até onde alcançam meus conhecimentos da jurisprudência da época, mais raro. Bem, o processo com a denúncia de Viriato foi reaforado, quando a situação política no Município de São Borja voltou a ficar favorável para a família. Isso é importante, porque o Borges acabou dando mão forte ao Viriato, trazendo o Getúlio para debaixo de sua asa, como devedor. Em 1920 e 1921, houve essa crise terrível das finanças do Estado, o Borges sentiu o bafo na nuca e procurou se recompor com as grandes famílias com as quais ele estava cindido. Então ele procurou os Vargas, os Flores da Cunha, os Neves da Fontoura. Tendo Getúlio embaixo da sua “asa” como seu “devedor”, colocou na Presidência da Comissão de Verificação de Poderes da Assembléia dos Representantes. Como não tínhamos Justiça Eleitoral, era quem fazia a apuração dos votos. Getúlio fez o relatório de apuração dos votos – e isso quem conta é o Flores da Cunha no seu livro (não sabemos ao certo se é verdade ou não, mas faz sentido) –, quando Getúlio adentrou ao Palácio, antes que ele comunicasse ao Borges a derrota nas eleições de 1922, o Borges teria se levantado e dito: “Já sei: os senhores vieram comunicar a boa notícia da minha reeleição”. E eles, constrangidos, enfiaram o relatório debaixo dos braços, voltaram para a Assembléia dos Representantes, do outro lado da rua, e mudaram todos os cálculos, fraudando tudo. E aí estourou a Revolução Assista. Getúlio mais uma vez se manteve ao lado de Borges de Medeiros. Por essa fraude, ele foi premiado depois com a indicação a uma vaga na Câmara Federal, para onde ele efetivamente seguiu. Também foi premiado com a liderança da bancada do Rio Grande do Sul, com a sorte do destino de estar justamente acontecendo, nesse período, a revisão constitucional de 1926. E o Getúlio foi muito importante nesse processo de revisão constitucional e por isso ele acabou sendo convidado para integrar o Ministério Washigton Luiz. Ele atropela o Borges de Medeiros nesta indicação. Se nós acompanharmos a troca de correspondência entre o Getúlio e o Borges, que está no Instituto Histórico e Geográfico do RS, vamos ler o que disse Getúlio: “Dr. Borges, eu recebi convite para ser Ministro da Fazenda”. E o Borges respondeu: “O Senhor deve se sentir honrado, mas não será o senhor o Ministro. (risos) Um gaúcho deve ocupar o Ministério da Agricultura, deve ser o Simões Lopes. E o Getúlio vai levando aquele assunto e tal, até que dá uma “pernada” no Borges e acaba assumindo o Ministério da Fazenda. Sendo o único gaúcho na condição de Ministro, tornou-se naturalmente o candidato à sucessão de Borges de Medeiros, nas eleições de 1927.

Essa é a forma, descrita simplificada, como Getúlio aparece no cenário político. É claro que, depois, em 1928, ele teve um grande mérito ao propor uma recomposição dessa aliança de frações da classe hegemônica no Estado. Então, ele, vai pela primeira vez, ouvir o setor que se industrializava em consequência e desdobramento da acumulação de capital colonial, porque, até então, somente eram atendidas aquelas grandes indústrias ligadas ao setor mercantil-financeiro, urbano-litorâneo; as indústrias da colônia, não! Vejamos a emblemática trajetória de A. J. Renner nesse processo. A. J. construiu o seu império sem receber um único incentivo do governo estadual, nem do governo municipal. E foi justamente em 1930 que ele consegue fundar a Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul, na esteira da Revolução de 30 que ele apoiou com dinheiro. Desde 1906, Alberto Bins tentava fundar a FIERGS e não conseguia, porque o Borges não queria que se abrisse espaço para a representação corporativa. E os industriais eram obrigados a se fazer representar dentro da Associação Comercial de Porto Alegre. E o Getúlio entendeu esse movimento e procurou se relacionar de uma outra maneira com esse segmento.

**Leonardo Grison** – aluno das Ciências Econômicas da Unisinos – *Outra parte mais ou menos polêmica: como tu classificarias o Getúlio dentro da Revolução de 30: Um ditador? Um fascista? Um libertador?*

**Prof. Gunter Axt** – Bem, essa é a pergunta que a historiografia discute há longos anos, tentando resolver o enigma. Certamente eu não vou conseguir te dar uma resposta definitiva. O Getúlio teve vários momentos. Ele se afirma na Revolução de 1930 e, logo depois, como um grande liberal, um grande democrata. Em 1932, temos a Legislação Trabalhista, a Justiça Eleitoral, a reforma dos Cursos Jurídicos no Brasil... É uma série de reformas que vieram no bojo da Revolução de 30, que sinalizavam para a democratização e a modernização do País em aspectos fundamentais. O Getúlio já foi dando, logo de início, demonstrações de que ele não convivia muito bem com a democracia liberal oligárquica. Tanto que os paulistas fizeram uma revolução para exigir a reconstitucionalização do País, e ele precisou se dobrar ao argumento paulista mesmo tendo vencido a revolução. Ele foi, contudo, sistematicamente torpedeando aquela Constituição que foi promulgada em 1934, fortalecendo, por exemplo, o Tribunal de Segurança Nacional, uma instituição absurda criada nesse momento, que simplesmente não respeitava as regras elementares do rito básico do código de processo penal e do código penal brasileiro. Era formada, na sua maioria, por juízes leigos, indicados pelo Presidente. Então era uma instituição de julgamento sumário. Fortalecendo, também, a Lei de Segurança



Nacional. A grande dificuldade de Getúlio, durante os anos 1930 foi ter de conciliar seu ímpeto reformador com as reminiscências do regionalismo oligárquico da República Velha. Enfim, orquestrando um conjunto de medidas, ele foi forjando os elementos para implantar uma ditadura em 1937, na esteira daquela conversa do tal do “Plano Cohen”. Muito interessante observar que o rapazola que, na época, inventou o tal do Plano Cohen, foi justamente aquele que desceu, mais tarde, com as tropas de Juiz de Fora em março de 1964, desencadeando o processo do golpe militar. Mas, em 1937, foi o Capitão que se prestou para fraudar aquele documento, que é conhecido como Plano Cohen. Eu acho que Getúlio entre 37 e 45 implantou, realmente, um Estado Ditatorial no Brasil. A gente percebe isso com muita clareza comparando como se davam as relações entre um delegado, um juiz, um promotor: o delegado sobrenadava todas as autoridades judiciárias naquele momento, constituindo-se a principal autoridade pública. O que se implantou no Brasil foi um Estado policial. Acabou-se com a federação, acabou-se com as eleições. Veja que se extinguiu a Justiça Federal no primeiro grau. Para que haver Justiça Federal, se não havia mais eleição, se não havia mais autonomia federativa, se não havia mais Assembléia, se não havia mais nada? Houve, pois, um processo todo de centralização política e administrativa, que, por sua vez, também trouxe, inegavelmente, elementos muito positivos para o desenvolvimento do Brasil: a modernização do nosso corpo burocrático, da legislação penal!... É um perfil do Estado Novo. Mas, sem dúvida nenhuma, foi uma ditadura. E o Getúlio, que voltou em 1950, se apresentou um grande populista que pretendia liderar a massa, dentro de um arco democrático.

O tema deste caderno foi apresentado no  
IHU Idéias, dia 09/10/03.

## TEMAS DOS ÚLTIMOS CADERNOS IHU IDÉIAS

- N. 01 – *A teoria da justiça de John Rawls* – Dr. José Nedel.
- N. 02 – *O feminismo ou os feminismos: Uma leitura das produções teóricas* – Dra. Edla Eggert.  
*O Serviço Social junto ao Fórum de Mulheres em São Leopoldo* – MS Clair Ribeiro Ziebell e Acadêmicas Anemarie Kirsch Deutrich e Magali Beatriz Strauss.
- N. 03 – *O programa Linha Direta: a sociedade segundo a TV Globo* – Jornalista Sonia Montaño.
- N. 04 – *Ernani M. Fiori – Uma Filosofia da Educação Popular* – Prof. Dr. Luiz Gilberto Kronbauer.
- N. 05 – *O ruído de guerra e o silêncio de Deus* – Dr. Manfred Zeuch.
- N. 06 – *BRASIL: Entre a Identidade Vazia e a Construção do Novo* – Prof. Dr. Renato Janine Ribeiro.
- N. 07 – *Mundos televisivos e sentidos identitários na TV* – Profa. Dra. Suzana Kilpp.
- N. 08 – *Simões Lopes Neto e a Invenção do Gaúcho* – Profa. Dra. Márcia Lopes Duarte.
- N. 09 – *Oligopólios midiáticos: a televisão contemporânea e as barreiras à entrada* – Prof. Dr. Valério Cruz Brittos.
- N. 10 – *Futebol, mídia e sociedade no Brasil: reflexões a partir de um jogo* – Prof. Dr. Édison Luis Gastaldo.
- N. 11 – *Os 100 anos de Theodor Adorno e a Filosofia depois de Auschwitz* – Profa. Dra. Márcia Tiburi.
- N. 12 – *A domesticação do exótico* – Profa. Dra. Paula Caleffi.
- N. 13 – *Pomeranas parceiras no caminho da roça: um jeito de fazer Igreja, Teologia e Educação Popular* – Profa. Dra. Edla Eggert.